



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 13/10/2014.
(Contém folhas)

ATA Nº 20

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Isabel Alexandra dos Santos Tomé	(PSD)
Vereador:	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:
Vereadores:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 13/10/2014

ATA Nº 20

----- Aos treze dias do mês de outubro do ano dois mil e catorze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Jorge Alves Custódio, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 29 de setembro de 2014 foi aprovada por unanimidade. -----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2- DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

2.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 10 de outubro de 2014, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 1.954.802,73 € (um milhão novecentos e cinquenta e quatro mil oitocentos e dois euros e setenta e três cêntimos); -----

----- De operações não orçamentais: 213.247,79 € (duzentos e treze mil duzentos e quarenta e sete euros e setenta e nove cêntimos), num total de 2.180.115,56 €. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.1.2 – Autoridade Tributária e Aduaneira

- Aumento da receita de IMI resultante do processo da avaliação geral da propriedade urbana

----- Foi presente um e-mail da Autoridade Tributária e Aduaneira, do seguinte teor: ---

----- “Nos termos do artigo 94º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro, é necessário o apuramento do aumento de receita do imposto municipal sobre imóveis (IMI), resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos (AG) constante do Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de novembro, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 60-A/2011, de 30 de novembro. Assim sendo, importa apurar o montante em causa tendo em conta os valores da receita de IMI prevista cobrar em 2014 (coleta de 2013) e a receita de IMI cobrada em 2012 (coleta de 2011). -----

----- Assim, para os efeitos previstos no supracitado artigo 94º, vem informar-se que se apurou, para esse município, uma variação positiva da receita do IMI, resultante do processo de avaliação geral da propriedade urbana, no montante de 45.406,40 €, calculado nos termos seguintes: -----

----- A – Receita prevista (1) de IMI dos prédios avaliados no âmbito da AG relativa a 2013 77.483,19; (1) A receita prevista foi estimada com base na aplicação da percentagem de cobrança registada no ano anterior. -----

----- B – Receita de IMI dos prédios avaliados no âmbito da AG relativa a 2011 32.076,79; -----

----- C – Variação da receita de IMI resultante do processo de AG (C = A - B) 45.406,40. “ (...) -

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.1.3 – DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais

- Realização do Capital Social do Fundo de Apoio Municipal

----- Foi presente um ofício da DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais, do seguinte teor: -----

----- “ A Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal regulamentando o Fundo de Apoio Municipal (FAM). -----

----- O nº 1 do artigo 17º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, estipula que o capital social do FAM é de €650.000.000, sendo que o nº 2 dispõe que a contribuição dos municípios é de 50% desse valor, ou seja, €325.000.000. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- O nº 3 do supra mencionado artigo apresenta a fórmula de imputação do valor da contribuição global, de €325.000.000, a cada município. Assim sendo, nos termos do disposto no nº 4 do artº 17º vimos por este meio informar que a contribuição para o FAM do Município a que V.Exª preside é de €442.152,43. -----

----- De acordo com o previsto no nº 1 do artº 19º a realização deste montante será efetuada em 7 anos, pelo que nos orçamentos de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 deverá prever uma despesa com ativos financeiros de €63.165,00. -----

----- No orçamento de 2021 a despesa a prever com ativos financeiros será de €63.162,43. (...)”

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.2 - SERVIÇOS JURÍDICOS

2.2.1 - Informação do Senhor Presidente

- Hasta pública para alienação de uma viatura automóvel

----- Foi presente uma Informação do Senhor Presidente, do seguinte teor: -----

----- “No uso da competência que me foi delegada em reunião da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra de 15 de outubro de 2013, nos termos do disposto na al. cc) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, informo a Câmara Municipal que irei determinar a realização de hasta pública para alienação de uma viatura automóvel, adquirida por este Município, no estado de novo, em 1995, com as seguintes características: -----

----- Marca: Volvo -----

----- Modelo: B6-50 -----

----- Matrícula: 48-89-FL -----

----- Categoria: Pesado -----

----- Tipo: Passageiros -----

----- Cor: Cinzento e outras -----

----- tendo em conta que a referida viatura se encontrava afeta ao transporte de crianças e que dada a antiguidade da mesma (superior a 16 anos) não é possível obter a respetiva licença deixando, portanto, de cumprir os fins a que se encontrava afeta, não se vislumbrando que o Município de Pampilhosa da Serra dela careça para quaisquer outros fins. Para além de que, a mesma aporta encargos para o Município inerentes à sua manutenção e decorrentes das inspeções periódicas obrigatórias a que dever ser sujeita e dos seguros obrigatórios. -----

----- Mais se informa que será fixado o valor base de licitação em 3.000,00 € (três mil euros) a que acrescerá o IVA à taxa legal em vigor, atento o facto de a referida viatura ter já 19 anos, tendo sido usada continuamente desde a sua aquisição, acarretando por isso um normal desgaste na sua conservação, e considerando que, em termos contabilísticos, a mesma se encontra totalmente



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

amortizada, sendo o seu valor atualizado e residual de zero. " -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.2.2 - Escritura de Distrate dos Lotes 3 e 4 da Zona Industrial do Alto das Aldeias a celebrar com a Sociedade M.B.G.H., Ldª

----- Considerando a deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, realizada em 25 de agosto de 2014, em que a Câmara Municipal deliberou por unanimidade declarar o incumprimento e invocar a reversão da titularidade do direito de propriedade sobre os prédios/lotos supra identificados, através da escritura de Distrate, por lapso, não foram concedidos poderes ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para proceder à assinatura da competente escritura, pelo que, importa que a Câmara Municipal conceda, efetivamente, poderes ao Sr. Presidente da Câmara para assinar a competente escritura de Distrate. -----

----- Face ao exposto, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, conceder poderes ao Sr. Presidente da Câmara para assinar a escritura de Distrate dos Lotes 3 e 4 da Zona Industrial do Alto das Aldeias a celebrar com a Sociedade M.B.G.H., Ldª -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2.3 - Protocolo de Parceria celebrado entre a Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal e os Municípios de Castanheira de Pêra, Góis, Lousã e Pampilhosa da Serra - Proposta de ratificação

----- Proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal: -----

----- Considerando que foi sugerido, pela Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal, ao Município de Pampilhosa da Serra (e aos Municípios de Castanheira de Pêra, Góis e Lousã) a celebração de um Protocolo de Parceria, o qual tem por objetivo a realização de uma grande ação de cicloturismo, denominada Skyroad Aldeias do Xisto, que envolve as áreas territoriais dos Municípios em questão, para que sirva de âncora ao uso sustentável das diversas infra-estruturas turísticas existentes; -----

----- Tendo em conta que, paralelamente à realização do 3º Grand Fondo Slyroad Aldeias do Xisto, a referida parceria visa, no essencial, a promoção e divulgação do território dos concelhos de Castanheira de Pêra, Góis, Lousã e Pampilhosa da Serra; a promoção de novas atividades turísticas sustentáveis, das quais se destaca o cicloturismo, e o incentivo à utilização de infra-estruturas turísticas de elevado potencial; -----

----- Considerando que não seria possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal, antes da realização da referida ação de cicloturismo, atentas as circunstâncias excecionais e a urgência na aprovação e assinatura do referido Protocolo de Parceria no



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

passado dia 2/10/2014, no uso das competências que me são conferidas pelo nº 3 do art. 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12/09, aprovei, na íntegra, o teor do Protocolo de Parceria em anexo, o qual assinei. -----

----- Pelo que, para os devidos e legais efeitos, submete-se a ratificação da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, na primeira reunião realizada após a sua prática, os atos por mim praticados, no que ao Protocolo de Parceria diz respeito. -----

----- Face ao exposto, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2.4 - Afetação do artigo R-15918 da Freguesia e Concelho de Pampilhosa da Serra, ao Domínio Público Municipal

----- Foi presente uma Informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- “ Tendo em conta a deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, realizada em 12 de maio de 2014 e consequente deliberação de retificação tomada na reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 30 de junho de 2014, relativamente à aceitação da doação do prédio inscrito na matriz predial rústica da freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra sob o nº 15918 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Pampilhosa da Serra sob a ficha nº 2272; foi celebrada no dia vinte e cinco de setembro do corrente ano, no Cartório Notarial de Pampilhosa da Serra a Escritura de Doação do terreno supra indicado, com uma área total de duzentos metros quadrados, área essa, totalmente integrada na construção de uma transversal à Rua do Calvário, por volta do ano de 1998. -----

----- Com vista à regularização de tal situação, junto do serviço de finanças de Pampilhosa da Serra, bem como da respetiva Conservatória do Registo Predial, sugere-se que a Câmara Municipal proponha à Assembleia Municipal que a mesma delibere sobre a afetação daquele artigo, ao domínio público municipal, nos termos da alínea q) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013 de 12 de setembro.” -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2.5 - Protocolo de Colaboração entre ao Município de Pampilhosa da Serra, a Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro e a Freguesia de Pessegueiro

----- Foi presente a minuta de um Protocolo de Colaboração, a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra, a Liga de Melhoramentos da Freguesia de



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Pessegueiro e a Freguesia de Pessegueiro, que tem por objeto a atribuição de apoio financeiro no valor de 5.526,57 € (cinco mil quinhentos e vinte e seis euros e cinquenta e sete cêntimos) à Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro, destinados a apoiar financeiramente a sua intervenção na implementação do programa de vigilância florestal no ano de 2014, na freguesia de Pessegueiro, tendo em vista a execução do PMDFCI - Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios em Pampilhosa da Serra, em colaboração com a Freguesia de Pessegueiro. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- O Sr. Vice-Presidente, Jorge Alves Custódio, ausentou-se da sala por estar impedido por Lei. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.3 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

2.3.1 - “Espaços do Cidadão”

Ratificação de Protocolo

Celebrado entre a Agência para a Modernização Administrativa, I.P. e o Município de Pampilhosa da Serra

----- Pelo Sr. Presidente, foi presente um Protocolo, celebrado entre a Agência para a Modernização Administrativa, I.P. e o Município de Pampilhosa da Serra, que tem por objeto a instalação de estruturas de prestação de serviços de atendimento digital assistido aos cidadãos e às empresas, no concelho de Pampilhosa da Serra, designadas “Espaços do Cidadão”, no qual são definidas as regras para a instalação e funcionamento dos referidos Espaços. -----

----- Para os devidos e legais efeitos e no uso das competências que lhe são conferidas pelo nº 3 do art. 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12/09, o Sr. Presidente submete a ratificação da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, na primeira reunião realizada após a sua prática, os atos por si praticados, no que ao Protocolo diz respeito. -----

----- Face às explicações dadas pelo Sr. Presidente e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

3 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

3.1 - SERVIÇOS TÉCNICOS DE OBRAS

3.1.1 - Substituição de garantia de reforço em dinheiro por garantia bancária

- Empreitada: Reabilitação do Estádio Municipal de Pampilhosa da Serra

- Adjudicatário: Predilethes – Construções, Ld^a

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 353º do Código dos Contratos dos Contratos Públicos, publicado no Decreto Lei n.º 18/2008 de 20/01 e republicado no Decreto Lei n.º 278/2009 de 02 de outubro, o Município procedeu à retenção de 5% do valor devido ao adjudicatário, em cada um dos pagamentos efetuados. -----

----- Aquando do pagamento do auto n.º 1 foi retida a quantia de 1.642,63 €, correspondente a 5% do valor total do auto n.º 1. -----

----- Em 06/10/2014 a firma em epígrafe apresentou a garantia bancária n.º 00394862, no valor de 10.652,33€ (dez mil seiscientos e cinquenta e dois euros e trinta e três cêntimos), emitida em 29/09/2014 pelo Novo Banco, S.A, correspondente a 5% do valor total da adjudicação. -----

----- Assim, a citada firma vem solicitar a aceitação da citada garantia bancária e a devolução do montante anteriormente e acima referido, retido a título de caução nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 353º do Código dos Contratos dos Contratos Públicos, publicado no Decreto Lei n.º 18/2008 de 29/01 e republicado no Decreto Lei n.º 278/2009 de 02 de outubro. -----

----- Atendendo a que a garantia agora apresentada em nada diminui as obrigações da adjudicatária nem as garantias para com o Município, entendem os serviços técnicos de obras desta Autarquia que poderá ser aceite a presente garantia bancária n.º 00394862, no valor de 10.652,33 € (dez mil, seiscientos e cinquenta e dois euros e trinta e três cêntimos), emitida em 29/09/2014 pelo Novo Banco, S.A. -----

----- Mais se entende que poderá ser devolvido o montante retido de 1.642,63 € (mil seiscientos e quarenta e dois euros e sessenta e três cêntimos). -----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.2 - Reabilitação da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Janeiro de Baixo_Liberação de caução_Receção definitiva

- Adjudicatário: Calado & Duarte, Ld^a



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----
----- “ Em 24/09/2014 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- Para cumprimento do contrato inicial e reforço de caução foi prestada a garantia bancária nº 00346304, emitida pelo Banco Espírito Santo, S.A., em 19/11/2008 no montante de 4.734,85€, tendo atualmente o valor de 473,48 €. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo e cancelada a garantia bancária nº 00346304, emitida pelo Banco Espírito Santo, S.A., em 19/11/2008 no montante inicial de 4.734,85 € e atual de 473,48 €. -----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.3 – Relatório de Vistoria

- Lote nº 5, do Loteamento Industrial de Portela de Unhais, freguesia de Unhais-o-Velho, concelho de Pampilhosa da Serra

----- Foi presente o seguinte Relatório de Vistoria: -----

----- “Ao dia um do mês de outubro do ano de dois mil e catorze foi realizada, pela comissão de vistorias constituída pelo Sr. Fernando Pereira Alves, Chefe de Divisão Técnica de Obras e Urbanismo, Luis Filipe Simões Batista, Técnico Superior e Pedro Tiago Sousa Santa, Técnico Superior, vistoria ao edifício destinado a armazém, sito no Loteamento Industrial de Portela de Unhais, lote nº 5, Portela de Unhais, freguesia de Unhais-o-Velho, concelho de Pampilhosa da Serra, descrito na ficha 836/20061018 da Conservatória do Registo Predial de Pampilhosa da Serra, propriedade do Município de Pampilhosa da Serra. -----

----- O imóvel encontra-se submetido ao regime de propriedade horizontal e é constituído por três frações identificadas pelas letras A,B e C, de acordo com os elementos e características constantes da escritura e descrições anexas, estando garantidas as condições necessárias e suficientes para a utilização como armazém. -----

----- Da vistoria realizada e depois de analisada a totalidade das três frações, constatou-se que as mesmas foram executadas de acordo com o projeto aprovado pelo Município e destinam-se à utilização prevista, que é compatível com a mencionada na planta síntese e demais elementos do loteamento industrial de Portela de Unhais. -----

----- Tendo em consideração o atrás descrito e o que foi verificado no local, entende a Comissão



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

de Vistoria que estão reunidas as condições necessárias e suficientes para que as frações sejam utilizadas para os fins a que se destinam (Armazéns). -----

----- Tendo em consideração o disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 7º do Decreto Lei nº 26/2010 de 30 de março, as operações urbanísticas promovidas pelas autarquias locais estão isentas de controlo prévio, o que se verifica no presente caso. -----

----- Assim e tendo tais factos em consideração, julga-se bastante e suficiente a deliberação que recair sobre o presente relatório de vistoria para efeitos de utilização das frações do edifício (Armazéns).” -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar o Relatório de Vistoria em apreço, sendo que a presente deliberação substitui para todos os efeitos legais, nos termos do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 7º do Decreto Lei nº 26/2010 de 30 de março, a licença de utilização para Armazéns. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.4 - Prestação de caução_E.P - Estradas de Portugal, S.A

- Empreitada: Prolongamento de rede de distribuição de água em Armadouro

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “ Tendo em consideração a empreitada em epígrafe e o pedido de licenciamento efetuado junto da EP - Estradas de Portugal, S.A, esta, através da comunicação datada de 07/10/2014 com a refª 5751CTB1400922 e nº de saída EP-SAI/2014/74906, enviou as condições de aprovação e o contrato a assinar. -----

----- Na referida comunicação, é referida a obrigatoriedade de prestar uma caução no montante de 1.710,00 € (mil setecentos e dez euros), nos termos e para os efeitos do disposto no nº2 do artigo 12º do Decreto Lei nº 13/71 de 23 de janeiro. -----

----- A caução poderá revestir a forma de depósito em dinheiro, garantia bancária ou seguro caução e terá uma duração mínima de 5 anos, sendo cancelada após a verificação da não existência de anomalias, passado o citado prazo de 5 anos. -----

----- Assim e atento o atrás exposto, deverá ser prestada a citada caução a favor da EP - Estradas de Portugal, S.A, com sede em Praça de Portagem 2809-013 ALMADA, contribuinte nº 504 598 686, sob a forma que o Município julgar mais adequada. -----

----- De igual modo se entende que devem ser dados poderes ao Sr. Presidente para proceder à assinatura do contrato em representação do Município. -----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar, devendo o valor da caução acima referido ser prestado por depósito em dinheiro à ordem da EP - Estradas de Portugal, S.A. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar o referido contrato. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

4.1 - GABINETE FLORESTAL

4.1.1 - Protocolo de Intenções entre a ESAC - Escola Superior Agrária de Coimbra e a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra

----- Foi presente uma informação do Gabinete Florestal, do seguinte teor: -----

----- “A ESAC - Escola Superior Agrária de Coimbra está a preparar um processo de submissão de um novo curso à Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, que neste caso é um novo curso de licenciatura em Biodiversidade e Conservação da Natureza. -----

----- No âmbito desse procedimento é necessário apresentar um conjunto de Protocolos que certifiquem que a escola tem condições para colocar os alunos em estágio. Neste contexto, o Gabinete Florestal foi contactado pela Engª Filomena Gomes do Departamento dos Recursos Florestais da Escola Superior Agrária de Coimbra, que esteve connosco nas Jornadas do Mel e do Medronho, a propor que o Município assine um protocolo de colaboração com a escola, que se anexa. -----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar o Protocolo em apreço. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5 - DIVISÃO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVA

5.1 - EDUCAÇÃO

5.1.1 - Agrupamento de Escolas Escalada - Pampilhosa da Serra

- Protocolo de Colaboração - 1º Ciclo/Pré-Escolar

- Adenda



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Educação, do seguinte teor: -----

----- “ Tendo em conta o Protocolo de Colaboração realizado entre o Município de Pampilhosa da Serra e Agrupamento de Escolas Escalada – Pampilhosa da Serra, aprovado em reunião de Câmara realizada em 10/01/2006 e tendo por base a Candidatura a apresentar pelo Município à Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares – Região Centro, no âmbito do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º Ciclo para o Ano Letivo de 2014/2015, há necessidade de incluir no referido Protocolo os dados constantes na 9ª Adenda, que junto se remete a V.Exª para análise e aprovação do Executivo Camarário. -----

----- No que se refere aos alunos do Ensino Pré-Escolar, também é necessário incluí-los na referida Adenda, na medida em que estão também a usufruir de refeições escolares na escola sede do agrupamento. -----

----- Face ao exposto, proponho a V.Exª que a 9ª Adenda ao Protocolo produza efeitos a partir de 15 de setembro de 2014, data em que se iniciou o fornecimento das refeições. -----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5.1.2 - Normas de Funcionamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família - Ludoteca Pampilho

----- Foi presente uma informação do Serviço de Educação, do seguinte teor: -----

----- “ Venho pelo presente, informar V.Exª que se verificou um lapso no cálculo da tabela de comparticipação dos Encarregados de Educação constante no Anexo II das Normas de Funcionamento das AAAP - Ludoteca Pampilho, aprovadas em reunião de Câmara de 9 de junho de 2014, e que onde se lê 1,12 € deverá ler-se 1,17€. -----

----- Como forma de esclarecimento da referida tabela constante do Anexo II, propõe-se que a mesma seja aplicada de acordo com os escalões da Segurança Social, cujo documento é de entrega obrigatória, conforme consta no Anexo I. -----

----- Deverá o cálculo ser baseado na declaração de escalão de abono, emitida pela Segurança Social e referente ao ano civil em vigor. Na falta da sua apresentação será aplicado o escalão nº 4, correspondente a uma comparticipação familiar de 100%. -----

----- Segue, em anexo, proposta de alteração em formato de tabela: -----

Alimentação

Escalões	Comparticipação Familiar
----------	--------------------------



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

	Percentagem	Valor
1º	Isenção	0,00 €
2º	50%	0,73 €
3º	80%	1,17 €
4º	100%	1,46 €

----- Ainda na sequência da observação de alguns lapsos textuais, propõem-se as seguintes alterações: -----

----- Artigo 1º - Ponto 1: Onde se lê "Jardim Infantil", deverá ler-se "Jardim de Infância"; -----

----- Artigo 2º - Ponto 4 - alínea d): Onde se lê "Na ausência do(a) Educador(a) e/ou Auxiliar, por motivo de greve laboral, a Autarquia apenas se responsabilizará, caso se encontrem reunidas as condições necessárias à realização das atividades de animação e exclusivamente às crianças inscritas nesta vertente" deverá ler-se "Na ausência do(a) Educador(a) e/ou Auxiliar, por motivo de greve laboral, a Autarquia apenas se responsabilizará, caso se encontrem as condições necessárias à realização das atividades de animação no espaço da Ludoteca Pampilho e exclusivamente às crianças inscritas nesta vertente" ; -----

----- Artigo 2º - Ponto 10: Onde se lê "É expressamente proibido que as crianças tragam consigo brinquedos no decorrer das Atividades de Animação de Apoio à Família", deverá ler-se "É expressamente proibido que as crianças tragam consigo brinquedos no decorrer das Atividades de Animação de Apoio à Família, exceto se autorizado pela Educadora de Infância". -----

----- Em todo o texto do documento sugere-se que onde consta "Agrupamento de Escolas Escalada de Pampilhosa da Serra", passe a constar "Agrupamento de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra". -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5.1.3 - Pedido de cedência de espaço destinado a apoio especializado a nível particular, às crianças do concelho de Pampilhosa da Serra, com necessidades a nível de Terapia da Fala

----- Foi presente uma carta, subscrita pela Terapeuta da Fala Diana Costa, a comunicar que, à semelhança do que aconteceu no passado ano letivo, pretende-se continuar a prestar um apoio especializado, a nível particular, às crianças do concelho de Pampilhosa da Serra, com necessidades a nível de Terapia da Fala, uma vez por semana. Vêm assim saber da possibilidade de continuar a realizar as referidas sessões nalgum espaço cedido pela Câmara Municipal, sem prejuízo para qualquer atividade do Município, no referido dia, para o qual propõe desde já um horário: sábado, entre as 09h00 e as 15h00. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Mais refere que este tem sido um apoio essencial e que a sua interrupção é extremamente prejudicial, quer em termos de evoluções, quer em termos de possíveis regressões. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade disponibilizar uma sala para as sessões de Terapia da Fala no Edifício Multiusos, ao sábado, no horário proposto. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5.2 - AÇÃO SOCIAL

5.2.1 - Minuta do Contrato de Arrendamento Urbano, sito na Rua do Calvário, nº 8, freguesia de Pampilhosa da Serra

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- *"Tendo em conta a importância da participação do Município, no âmbito da ação social, em que, cada vez mais, é imprescindível a inserção e autonomização de pessoas/famílias carenciadas e/ou dependentes. -----*

----- *Considerando o elevado valor das rendas praticadas no mercado de arrendamento urbano, que dificulta as pessoas por si só, suportarem os valores praticados, não podendo melhorar essas condições. -----*

----- *Também no nosso concelho, existem agregados familiares, a viverem em condições precárias, com um quadro bastante problemático ao nível da sobrevivência, com condições sociais desfavoráveis, em que para o Município é primordial, prestar apoio aos estratos sociais desfavorecidos, de forma a colmatar a inexistência de alojamento para tais situações. -----*

----- *Assim sendo, foi presente uma informação interna do Serviço de Ação Social, a justificar a situação sócio económica, do Senhor José Augusto Lopes Batista, cujo rendimento está dependente de um contrato de trabalho temporário, desenvolvido no âmbito da medida social, rendimento social de inserção. -----*

----- *Mais informa o Serviço de Ação Social que, o contrato de trabalho termina em final do corrente mês de outubro e que a partir desta data terá de requerer o rendimento social de inserção. -----*

----- *A informação do Serviço de Ação Social vem na sequência, de o Senhor José Augusto Lopes Batista, portador do Cartão de Cidadão nº 07223894 1 ZY4, NIF nº 173701985, necessitar de ajuda para ser realojado, devido às dificuldades socioeconómicas e neste âmbito, foi proferido o Despacho da Exmª Vereadora, no sentido dos serviços jurídicos elaborarem a minuta do contrato de arrendamento urbano, respeitante ao imóvel mencionado em epígrafe. -----*

----- *Considerando o teor da justificação apresentada pelo Serviço de Ação Social, somos a informar que, o Senhor José Augusto, aufere de momento, um rendimento de € 422,00 (quatrocentos e vinte e dois euros), acrescido do subsídio de alimentação e a partir do final do -----*



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

corrente mês, passa a ter um rendimento irregular, dependente da Política Social em vigor à data do requerimento do rendimento social de inserção, pelo que, o valor previsivelmente atribuído será de € 178,15 (cento e setenta e oito euros e quinze cêntimos). -----

----- A referida minuta do contrato foi redigida de acordo com o disposto na Lei nº 31/2012, de 14 de agosto que procede à revisão do Novo Regime Jurídico do Arrendamento Urbano alterando o Código Civil, o Código do Processo Civil e a Lei nº 6/2006, de 27 de fevereiro. -----

----- Nesta sequência, os serviços jurídicos apresentam a minuta do contrato de arrendamento em questão, à apreciação por parte do Órgão Executivo Autárquico, alertando-se para o facto, de o contrato de arrendamento urbano carecer de Auto de Vistoria. -----

----- Informam estes serviços para a necessidade de serem dados poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para a assinatura e efetivação da celebração do referido contrato. " -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente para assinar o referido contrato de arrendamento urbano. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5.2.2 - Reavaliação de processo de Ação Social Escolar

----- Foi presente uma informação do Serviço de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- "No seguimento do pedido de reavaliação do processo relativo ao subsídio de alimentação da criança Melanie Cardoso Pereira, recebido a 18 de setembro de 2014, e após análise dos documentos apresentados, venho por este meio propor a alteração para ISENÇÃO. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5.2.3 - Novos processos de Ação Social Escolar

----- Foi presente uma informação do Serviço de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- "No seguimento da apresentação de novos pedidos de apoio para ação social escolar e após análise dos referidos, venho por este meio propor o seguinte: -----

Nome da criança	Nome dos pais	Pedido de apoio	Proposta
Tatiana Wang	Wang Guoqiang Han XiaoLi	Alimentação	Indeferido



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

Joana Nunes Alegre	Marco Alexandre Duarte Alegre Sandra Cristina G.B. Nunes	Alimentação	Indeferido
Patrícia Henriques Roque	Jorge Manuel Mendes Roque Paula Cristina Marques Henriques	Alimentação + Transporte	Indeferido
Ana Raquel Batista Dias	José Alberto de Campos Dias Maria Matilde Paixão Batista	Transporte	Isenção

----- À consideração superior". -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas e trinta minutos, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que foi lida e aprovada por unanimidade. A referida ata foi posteriormente assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que a subscrevi. -----




